

LETRAMENTO EM ESG PARA CONSELHEIROS MITIGA RISCOS E CAPTA OPORTUNIDADES

A invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro deste ano, para além dos horrores de uma guerra inesperada, em um mundo ainda convalescente pelos gigantescos estragos trazidos pela pandemia da Covid-19, tem causado enormes discussões entre visões otimistas e pessimistas.

por **DANIELA MANOLE**

Se você é conselheiro, faz parte de um comitê de conselho ou tem algum papel decisório em uma companhia listada na B3 ou em qualquer bolsa do mundo, depende de financiamento, é um investidor, ou, de alguma forma faz parte do ecossistema financeiro, com certeza, dedica grande parte da sua vida profissional à avaliação de riscos e oportunidades.

Tais riscos e as oportunidades precisam abranger toda a cadeia de valor. É necessário realizar uma devida diligência de direitos humanos na cadeia de fornecimento, na cadeia

de distribuição, para além dos muros da companhia. Ouvir as partes relacionadas, entender o que é mais importante, conhecer amplamente os impactos no meio ambiente, nas pessoas e na sociedade, além de captar a opinião e se engajar com os *stakeholders* de forma contínua.

E, como começar? Como integrar o ESG à estratégia da companhia? A resposta está nos padrões e estruturas (*standards* e *frameworks*) que foram pensados para incorporar os impactos ambientais, sociais e econômicos à materialidade

do negócio. Um deles é a *Global Reporting Initiative (GRI)*, utilizado por mais de 75% das maiores companhias do mundo, a qual lançou no fim de 2021, as normas e padrões revisadas e que entram em vigor a partir de janeiro de 2023, ou seja, as empresas que relataram sobre o período de 2022, precisam utilizar a norma revisada. E o que isto significa? Resumidamente:

O grande coração de qualquer processo de relato, que é a materialidade, mudou. Agora são 4 passos para se obter a materialidade. A priorização dos impactos passou a ser com base na probabilidade e na severidade (a matriz anterior perdeu o sentido).

A devida diligência de Direitos Humanos na cadeia de valor ganhou uma maior relevância. Este fator deve-se a novas regulações globais, cujos negócios sujeitam-se ao compromisso de agirem de forma responsável nas condutas com respeito aos direitos humanos.

Os *stakeholders* passaram a ser ouvidos o ano todo, de acordo com a norma revisada. Recomenda-se, inclusive, ganharem assento permanente em comitês de especialistas, ou seja, ganharam um status muito mais estratégico do que na norma anterior, quando era indicada a pesquisa pontual para fins de obtenção dos tópicos (termo substituído por temas) a serem priorizados na materialidade.

A boa notícia é que as normas acabaram de ser publicadas em português, em um grande esforço da GRI, o qual teve a honra de acompanhar de perto e colaborar como chair do comitê de revisão de tradução dos diversos cadernos. Este trabalho iniciou no fim do ano passado.

As normas GRI harmonizam-se com as demais, como o framework do Relato Integrado, agora sob o guarda-chuva do IFRS e que utiliza como conteúdos o SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*). Ambas as instituições estão converstando para que seja contemplada a dupla materialidade ao novo padrão do relato integrado.

A quem deseja obter um selo ESG, a resposta alternativa é que este caminho é uma jornada. A companhia pode sim estabelecer algumas ambições e, parafraseando os gurus da sustentabilidade como Paul Polman, John Elkington e outros de grande respeitabilidade, quanto mais ambição maior será a mobilização da companhia para buscar aquele objetivo. Querer ter um Selo de Empresa B (B Corp) ou se a companhia for listada, fazer parte de alguns dos índices como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), fazer parte de

uma premiação de melhores relatórios e tantas outras, são metas importantes. O relatório de sustentabilidade dará sustentação e ajudará a chegar lá. Sem ele, a companhia opera sem um plano de voo e poderá não alcançar o alvo.

Por isso mesmo, aplaudimos quando vimos conselheiros buscando conhecimento sobre ESG em nossos cursos de certificação GRI e IFRS. E este tem sido um movimento que começou a aumentar recentemente. É belíssimo ver quando um CEO ou os membros do conselho, durante o processo de construção do relato, verdadeiramente se comprometem com o passo a passo e aproveitam para rever e/ou construir a estratégia de médio e longo prazos da companhia, estabelecer metas ambiciosas de transição, tanto ambientais, quanto as relacionadas às pessoas e à própria governança.

Interessante observar o amadurecimento, tanto de quem faz e que, portanto, sentem as dores da transformação, que são os atores da cadeia de valor produtiva, como os *stakeholders* que injetam confiança para permitir que ocorra toda esta espiral acelerada de inovação, que são os investidores, tanto os de recursos como talento, como os de recursos financeiros e tecnológicos. O elo entre todos é a confiança construída a partir da informação crível para tomada de decisão ao longo do tempo.

Sensibilizar o colegiado para uma busca mais aprofundada de conhecimento em como incorporar os impactos ambientais, sociais e de governança na definição da materialidade da companhia em que atuamos é papel de todo conselheiro. Há diversos recursos para atingir este objetivo. Afinal, a sustentabilidade é tudo que a companhia faz. Ela está incorporada nas inovações, no design de novos produtos ou serviços, na abordagem das diversas políticas internas e nas estratégias relacionadas às pessoas. E, capturar as oportunidades trazidas pela transição para uma economia de baixo carbono, igualmente fazem parte deste rol de atribuições. O caminho está dado e o conhecimento em um sistema de gestão, como a GRI, ajuda a navegar rumo ao desenvolvimento sustentável. **RI**



DANIELA MANOLE

Conselheira de Empresas, certificada CCA, IBGC. Membro das comissões de estudos em sustentabilidade e de empresas familiares do IBGC. CEO & Founder Bridge3 Governança & ESG, Training Center GRI e IFRS no Brasil. daniela@bridge3.com.br